

ESTATUTO DISCIPLINAR DO ESTUDANTE ESAD

CAPÍTULO I **Objectivos e Âmbito de Aplicação**

ARTIGO 1º **Objectivos**

O Estatuto Disciplinar do Estudante ESAD visa salvaguardar os valores éticos, académicos, pedagógicos e de profissionalismo da ESAD; garantir a integridade moral e física de todos os membros da Comunidade ESAD, estudantes, docentes, funcionários, órgãos de gestão, investigadores; proteger a liberdade de ensino e aprendizagem com a qualidade exigida pela ESAD e assegurar a protecção dos bens patrimoniais da instituição e de todos os seus membros.

ARTIGO 2º **Âmbito de Aplicação**

O Estatuto Disciplinar do Estudante ESAD é aplicável a todos os estudantes ESAD que frequentem qualquer um dos cursos ou unidades curriculares, independentemente de estes conferirem grau ou não.

O Estatuto Disciplinar do Estudante ESAD é aplicável a todos os alunos ESAD independentemente de terem ou não em dia a sua inscrição.

CAPÍTULO II **Direitos e Deveres do Estudante**

ARTIGO 3º **Direitos do Estudante**

São direitos do Estudante:

- a)** Usufruir de um ensino superior politécnico exigente e de qualidade;
- b)** Ter igualdade de oportunidades no acesso ao curso que deseje frequentar;
- c)** Ter garantia de confidencialidade de elementos e informações de natureza pessoal que constem no seu processo de inscrição;

- d) Ver reconhecido o seu esforço e dedicação no desempenho das actividades académicas;
- e) Ter acesso às instalações ESAD, nomeadamente à Biblioteca, à Sala de Informática e aos Serviços da Reprografia, observando as normas internas de funcionamento de cada um destes sectores.
- f) Ter acesso ao Museu de Artes Decorativas Portuguesas e às Oficinas da FRESS, para recolha de elementos destinados à realização de trabalhos práticos ou de investigação, em condições acordadas entre a Direcção da ESAD e os responsáveis desses sectores;
- g) Usufruir de um cacifo individual, nas instalações da ESAD, respeitando as normas de gestão dos cacifos. As respectivas chaves serão entregues contra o depósito de uma caução de 20 euros, que só será devolvida após a restituição da chave e da verificação de que o cacifo está limpo e vazio. Por razões de segurança ou de salubridade, a Direcção da ESAD poderá abrir e verificar o conteúdo dos cacifos, procedendo ao seu esvaziamento se a chave não for devolvida no final do ano lectivo. O número de cacifos é limitado.
- h) Participar no Conselho Pedagógico se, no âmbito das normas do Regulamento Interno ESAD, tiver sido eleito;
- i) Recorrer ao Provedor do Estudante no âmbito das normas previstas no Regulamento Interno ESAD;
- j) Apresentar críticas e sugestões que tenham como objectivo contribuir para a melhoria da Instituição e da vida académica nas suas várias vertentes;
- k) Ser recebido e ouvido pelo Professor Coordenador, no dia estipulado para atendimento aos estudantes;
- l) Ser recebido e ouvido pela Direcção em todos os assuntos que justificadamente o exijam, referentes a actividades da ESAD ou a questões pessoais que interfiram com a prossecução do curso ou de qualquer uma das unidades curriculares.

ARTIGO 4º

Deveres do Estudante

Sem prejuízo de outros deveres decorrentes da lei ou de regulamentos internos ESAD, são deveres gerais do Estudante ESAD:

- a) Respeitar o código de conduta em matéria de urbanidade, lealdade à Instituição, respeito pelo próximo, assiduidade e pontualidade, atitude e educação, que decorre das normas regulamentares e do Regulamento Interno da ESAD, bem como das regras de convivência social comumente aceites;
- b) Tratar com correcção e respeito todos os membros da comunidade académica bem como todas as entidades ligadas à ESAD ou que a frequentem;
- c) Ter um comportamento correcto e empenhado durante as aulas, estudar e empenhar-se no seu percurso escolar, contribuir para uma boa dinâmica académica;
- d) Respeitar os princípios de honestidade e não recorrer a qualquer tipo de processo fraudulento, cábula, cópia, plágio de texto, imagem ou projecto, integral ou parcial, no âmbito de qualquer trabalho a realizar durante o ciclo de estudos, no sentido de falsear a avaliação;
- e) Não usar telemóvel durante as aulas excepto em caso de urgência/força maior;
- f) Cumprir os prazos para entrega dos trabalhos e respeitar as instruções e decisões do professor relativamente ao modo de avaliação proposto;
- g) Respeitar as normas de funcionamento da Biblioteca, contribuir para a boa preservação dos livros, não trazer qualquer livro ou documento da Biblioteca sem a devida autorização;
- h) Participar nas actividades académicas realizadas no âmbito das unidades curriculares, como visitas de estudo, seminários, colóquios, encontros científicos ou outras actividades propostas pelos docentes e relacionadas com a área em estudo;
- i) Respeitar as ordens e instruções legítimas dadas por membros de gestão da ESAD, docentes, funcionários, investigadores e bolseiros. Respeitar as ordens e instruções legítimas dadas por estudantes incumbidos pela Direcção ESAD, no âmbito de colaboração em colóquios, encontros científicos, conferências e outras actividades ligadas à ESAD;
- j) Contribuir para uma boa convivência académica e participar na integração de todos os estudantes;
- k) Zelar pelo bom estado de funcionamento e higiene das instalações e dos equipamentos da Instituição, observando as normas internas de disciplina da ESAD e as regras gerais de urbanidade e civismo;

- l)** Retirar das instalações da ESAD os trabalhos realizados ao longo do ano, mantendo-os no entanto disponíveis para utilização pela ESAD, se necessário. A ESAD não assegura a conservação de trabalhos abandonados nas instalações pelos seus autores;
- m)** Respeitar a propriedade dos bens de todos os membros da ESAD;
- n)** Não transportar para as instalações da ESAD instrumentos ou materiais perigosos susceptíveis de causar danos à Instituição e/ou a terceiros;
- o)** Liquidar atempadamente o valor das propinas do curso ou unidade curricular que frequenta cumprindo os prazos estabelecidos pela ESAD;
- p)** Não praticar qualquer acto ilícito.

CAPÍTULO III

Infracção e Sanção Disciplinar

ARTIGO 5º

Infracção Disciplinar

Considera-se infracção disciplinar, ainda que meramente culposos, qualquer comportamento do aluno que viole os seus deveres referidos ou que não respeite outros regulamentos e estatutos da ESAD, nomeadamente:

- a)** Violar os deveres previstos neste Estatuto, Capítulo II, Artigo 4º, noutros regulamentos e estatutos ESAD e na lei geral;
- b)** Exercer no âmbito das aulas, provas académicas, colóquios, encontros científicos, reuniões, ou qualquer outra actividade em curso na ESAD, actos de violência, ou comportamento inadequado, que impeçam o bom funcionamento das actividades ou serviços da ESAD;
- c)** Desrespeitar e ofender a integridade física ou moral e a vida privada de estudantes, docentes, funcionários, directores, e todos os que colaborem com a ESAD;
- d)** Realizar qualquer prática fraudulenta, em contexto de frequência ou de qualquer tipo de exercício de avaliação, plágio, cópia, recurso a parte ou totalidade do trabalho de outrem sem referir as fontes (impresso ou *online*), incluindo a cópia de parágrafos e partes de texto não referenciados, a utilização de materiais não referenciados, apresentados como sendo da autoria do estudante ou a tradução directa de textos sem referir a fonte, a utilização de apontamentos pessoais (*“cábulas”*), em qualquer tipo de suporte;

- e) Falsificar pautas, enunciados, recibos, certificado de trabalhador-estudante, ou qualquer outro tipo de documento relativo ao funcionamento académico e administrativo da ESAD;
- f) Fazer declarações falsas, em qualquer contexto ligado à vida académica, como apresentação de queixa, relatório, participação em reuniões ou outra actividade ESAD;
- g) Ignorar e não respeitar o dever de pontualidade e o cumprimento de horários e normas das actividades académicas;
- h) Apropriar-se ilicitamente de bens que não lhe pertencem;
- i) Danificar ou destruir, num acto gratuito, material e/ou instalações ESAD;
- j) Utilizar indevidamente o material informático disponibilizado pela ESAD;
- k) Entrar nas instalações da ESAD ou em qualquer outro contexto no âmbito de actividades ESAD, munido de armas, utensílios ou materiais perigosos;
- l) Ignorar as sanções aplicadas.

ARTIGO 6º

Participação da Infracção Disciplinar

Qualquer infracção disciplinar nos termos do presente Estatuto deverá ser comunicada por escrito à Direcção da ESAD, excepto quando a mesma for parte interessada, ou ao órgão competente que a representa, no prazo de oito dias úteis após a ocorrência.

ARTIGO 7º

Sanção Disciplinar

As sanções disciplinares aplicáveis aos estudantes ESAD, relativas às infracções disciplinares referidas neste Estatuto são as seguintes:

- a) Advertência oral e por escrito perante a Direcção da ESAD;
- b) Multa;
- c) Suspensão da frequência de uma ou mais unidades curriculares;
- d) Suspensão da avaliação escolar;
- e) Anulação de uma ou mais unidades curriculares;

- f) Suspensão temporária de actividades escolares;
- g) Interdição de frequência da ESAD e das instituições da FRESS por um período que pode ir de um a cinco anos;
- h) Trabalho a favor da comunidade ESAD, que contribua para a qualidade da vida académica.

ARTIGO 8º **Enquadramento da Sanção Disciplinar**

- a) A advertência por escrito perante a Direcção ESAD consiste numa repreensão pela infracção cometida que fica registada no processo do aluno.

É aplicada unicamente no caso de infracções de pouca gravidade, quando a infracção é cometida pela primeira vez, e nos casos em que não existe lesão patrimonial ou pessoal;

- b) A multa consiste na aplicação de uma acção pecuniária que não poderá exceder 40% do montante da propina anual;
- c) A suspensão da frequência de uma ou mais unidades curriculares consiste na proibição de frequência das aulas e das respectivas provas de avaliação, num período que pode variar entre uma semana e um semestre. O aluno só pode realizar os exames finais das disciplinas em que se encontra inscrito no ano lectivo seguinte;
- d) A suspensão da avaliação escolar consiste na proibição de realizar qualquer prova de avaliação durante um período que pode ir de um semestre a um ano. O aluno só pode realizar os exames das disciplinas em que se encontra inscrito no ano lectivo seguinte;
- e) A anulação de uma ou mais unidades curriculares consiste na proibição de frequentar essas unidades curriculares e de realizar qualquer prova de avaliação durante um período que pode ir de um semestre a um ano. O aluno não tem direito à devolução da inscrição da disciplina anulada;
- f) A suspensão temporária de actividades escolares pode decorrer por um período de três dias a um mês. Consiste no afastamento do aluno das instalações e actividades ESAD durante o período estipulado;
- g) A interdição de frequência da ESAD e das instituições da FRESS por um período que pode ir de um a cinco anos consiste no total afastamento do aluno das instalações e actividades académicas da ESAD. Após conclusão do prazo da sanção disciplinar aplicada e caso o aluno o solicite, pode reingressar na ESAD procedendo à reinscrição nos termos do regulamento ESAD aplicável;

- h) O trabalho a favor da comunidade ESAD consiste na prestação de serviços que contribuam para a qualidade da vida académica e pode abranger um prazo de duas horas a oito horas diárias durante um mês, com início em data a definir pela Direcção da Escola.

ARTIGO 9º

Suspensão da Sanção Disciplinar

Com excepção da alínea a) do Artigo 7º do Capítulo III, as restantes sanções podem ser suspensas, em casos excepcionais, considerando-se:

- a) A personalidade e atitude do aluno perante a infracção, a sua conduta anterior e posterior à infracção, a ausência de precedentes;
- b) A apresentação de desculpas por parte do aluno e o compromisso de não cometer qualquer outra infracção;
- c) A existência das seguintes circunstâncias atenuantes:
 - Confissão espontânea da infracção;
 - Bom comportamento anterior;
 - Boas referências escolares e mérito no aproveitamento;
 - Prática da infracção num contexto que a pode ter provocado não sendo, à partida, uma iniciativa do aluno.

CAPÍTULO IV

Processo Disciplinar

ARTIGO 10º

Competência para Promover o Processo Disciplinar

A instauração do processo disciplinar é da competência da Direcção da Escola, nos termos do Regulamento Interno.

A Direcção da Escola pode solicitar um parecer ao Conselho Científico e ao Provedor do Estudante ou optar por uma advertência escrita não sendo necessária a instauração de processo disciplinar.

ARTIGO 11º

Necessidade de Queixa

A queixa tem sempre que ser apresentada por escrito, dirigida à Direcção da ESAD.

No caso do ofendido o requerer, a queixa pode ser retirada, mediante a apresentação por escrito, de desistência da mesma.

Em caso de infracção criminal, é obrigatória a participação, nos termos da lei, ao Ministério Público.

ARTIGO 12º

Inquérito Disciplinar

O inquérito disciplinar é instaurado sempre que surjam dúvidas em relação aos factos e respectivos autores, ou ao teor de apresentação da queixa.

Tem como objectivo apurar e verificar a existência de infracção disciplinar e, caso seja necessário, nomear um instrutor que ordene oficiosamente ou por requerimento a produção de meios de prova.

ARTIGO 13º

Condições de Nomeação do Instrutor do Inquérito Disciplinar

- a) O Instrutor é nomeado pela Direcção da ESAD entre os membros do corpo docente que leccionem unidades curriculares em que o aluno contra o qual se apresenta a queixa se encontre inscrito;
- b) O Instrutor tem 20 dias úteis para realizar o inquérito, com início do dia da sua nomeação;
- c) Num prazo de dez dias úteis após a conclusão do inquérito, o Instrutor nomeado tem que apresentar, à Direcção da ESAD, um relatório no qual propõe a aplicação de sanção ou o arquivamento do processo;
- d) A decisão final deverá ser comunicada pela Direcção da ESAD num prazo de cinco dias úteis após receber o relatório do Instrutor.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

ARTIGO 14º

Aplicação Supletiva

Em tudo o que não estiver regulado no presente Estatuto, são aplicáveis as disposições do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores da Função Pública.

ARTIGO 15º

Entrada em Vigor

O presente Estatuto entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação.

(Documento aprovado em Conselho Técnico-Científico a 24 de Maio de 2012)